

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 547.755 - SP (2019/0352876-3)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : EDER CANAVAN
ADVOGADO : EDER CANAVAN - SP399743
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LEANDRO ALMEIDA DE JESUS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de LEANDRO ALMEIDA DE JESUS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo nos autos da APC n.º 1500607-56.2018.8.26.0535.

Consta que o Paciente foi condenado à pena privativa de liberdade de 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 583 (quinhentos e oitenta e três) dias-multa, pela prática do ilícito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, pois foi surpreendido conduzindo um automóvel, em cujo porta-malas foram localizadas cerca de "1.500 porções de cocaína, bem como anotações relativas ao comércio ilícito" (peso líquido aproximado de 449,22 gramas; fl. 41).

Inconformada, a Defesa interpôs apelação na Corte de origem, que negou provimento ao recurso, em acórdão assim ementado (fl. 83):

"APELAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. Materialidade e autoria comprovadas. Relatos seguros e coesos dos policiais civis, que apreenderam considerável quantidade de cocaína no interior do veículo do réu após notícia anônima sobre a utilização de automóvel com as mesmas características daquele no transporte de entorpecentes. Condenação mantida. Pena-base acima do piso em face de circunstância desfavorável representada pela acentuada lesividade do tóxico apreendido à saúde pública, consoante artigo 42 da Lei n.º. 11.343/06. Quadro negativo inconciliável com o privilégio descrito no artigo 33, § 4.º, da mesma Lei Extravagante. Substituição da corporal por restritivas de direitos colidente com a circunstância adversa e montante da sanção. Regime prisional fechado único adequado ao tráfico e às peculiaridades negativas observadas. Precedentes. Recurso da Defesa improvido."

Neste *writ*, a Parte Impetrante alega, em suma, que o Paciente faria jus ao regime semiaberto, uma vez que possuiria condições pessoais favoráveis e todas as

Superior Tribunal de Justiça

circunstâncias judiciais teriam sido valoradas positivamente.

Requer, em medida liminar e no mérito, a concessão do regime semiaberto.

É o relatório inicial. Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de urgência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, sobretudo no que diz respeito **ao regime inicial**. Isso, porque, em caráter perfunctório, vejo que o Tribunal de origem corroborou os fundamentos do Juízo sentenciante quando fixou o regime, consignando, ao que parece, justificativa sólida e adequada, qual seja: *"o regime para cumprimento da pena é o fechado, nos termos do art. 33, § 3.º, do Código Penal, tendo em vista a natureza e a quantidade de drogas que o réu transportava (449,22 gramas de cocaína)"* (fl. 43)

Entendo, assim, ao menos nessa fase prelibatória, que **a conclusão da Corte de origem encontra respaldo no entendimento deste Tribunal**, que é no sentido de que *"nos delitos previstos na Lei de Drogas, a fixação do regime prisional deve observar a regra imposta no art. 33, § 2º, do Código Penal em conjunto com o art. 42 da Lei 11.343/2006, que determina a consideração, preponderantemente, da natureza e quantidade da droga"* (HC 453.923/RJ, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 14/08/2018).

Assim, o caso não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a instrução completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeira instância, notadamente sobre o andamento atualizado do feito e a situação prisional do Paciente, a serem instruídas com eventual chave de acesso necessária à consulta dos autos eletrônicos.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora

